

Ação de presença

NÃO HÁ como ignorar ou menosprezar a relação entre as condições de dinamismo, credibilidade e independência do Congresso e os índices de comparecimento dos parlamentares ao trabalho, nas duas Casas do Legislativo. Na verdade, não só o rendimento prático mas também a imagem da instituição sofre danos toda vez que matérias deixam de ser votadas por falta de quorum, sobretudo quando a escassez de número não resulta de manobra política mas da ausência real dos congressistas.

MESMO não se tratando de problema de quorum, o cenário de esvaziamento nos plenários da Câmara e do Senado transmite sempre impressão penosa de desinteresse ou reduzido senso de responsabilidade por parte daqueles que deveriam cumprir com zelo impecável seu compromisso de mandatários do povo e de legisladores.

CHEGOU-SE ao ponto em que os gazeteiros passaram a ser maioria na Câmara. Num total de 47 sessões, este ano, há deputados com índices embaraçosos de 20 a 39 faltas. Isso, apesar da posição

de tolerância até agora adotada pela Mesa da Câmara.

ESSA tolerância acaba incentivando a prática da gazeta. Permite-se, por exemplo, o abono de 40% das faltas de cada deputado, e é dispensada a presença obrigatória às sessões ordinárias de segunda e sexta-feira, quando há debates, mas não votação. A Constituição determina (art.55) a perda de mandato para o parlamentar que faltar à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer. Mas deu-se um jeito: as sessões de segunda e sexta-feira não são computadas no cálculo que pode levar à perda de mandato.

O ABSENTEÍSMO parlamentar se reflete diretamente na ação legislativa. Pautas superlotadas, projetos engavetados, adiamento sistemático de votações, tudo isso que se põe a serviço dos argumentos em defesa da edição de medidas provisórias. Aliás, a própria reação do Congresso às MPs tem esbarrado no obstáculo da insuficiência de quorum. Agora mesmo, foi preciso que o Planalto lançasse mão do recurso de emergência, há quatro

meses desativado, para resolver a questão do reajuste salarial dos servidores civis e militares.

É FREQUENTE a desculpa de deputados faltosos de que precisam atender às bases eleitorais nos Estados de origem. A necessidade é legítima — mas é problema pessoal de cada um conciliar todas as suas obrigações. Sobram casos, na Câmara, de parlamentares assíduos que não perdem o contato com os seus eleitores.

O CONGRESSO vive hoje um esforço de afirmação que envolve a recuperação de sua imagem e a preservação dos interesses do sistema democrático como um todo. No âmbito dessa busca de dinamização, eficiência e moralização não pode ficar esquecido o capítulo da assiduidade. Símbolos e outros elementos formais não bastam para compor a afirmação e a independência de um Poder do Estado. Cumpre fornecer-lhe a substância da representação viva, preenchendo todos os espaços institucionais e físicos de sua responsabilidade.